

Campanha agora é pela solução das pendências da Petros

Na terça-feira (06), a FUP e os sindicatos participam das solenidades de formalização da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2005/2007, com a presença dos presidentes da Petrobrás e da Transpetro. A campanha reivindicatória agora passa a ser pela solução das pendências da Petros, cujo calendário de negociação já está sendo cobrado pela Federação. Conforme pactuado no Acordo Coletivo, a Petrobrás tem 60 dias (a partir da assinatura do ACT) para apresentar propostas que resolvam os déficits do Plano Petros, assim como os demais problemas de previdência complementar da categoria, entre eles a situação dos 10 mil petroleiros que estão sem plano.

Além do calendário de negocia-

ção da Petros, a FUP está também cobrando da Petrobrás o agendamento das reuniões de Acompanhamento do Acordo Coletivo e das demais comissões e grupos de trabalho previstos no ACT (SMS, AMS, Terceirização, Regimes e estudos de efetivo).

A Federação estará reunida nos dias 07 e 08 para definir a composição destas comissões, o calendário de luta da Petros, entre outras questões.

PLR - A FUP enviou à Petrobrás documento solicitando reunião para discutir a antecipação da Participação nos Lucros e Resultados, referente ao exercício de 2005. Conforme compromisso assumido pela empresa na última campanha de negociação da PLR, os trabalhadores devem

receber até o dia 10 de janeiro a primeira parcela. A Federação quer discutir com o RH da Petrobrás o montante que será reservado para o adiantamento da PLR.

Bônus na Petros - A FUP solicitou reunião urgente com a direção da Petros para esclarecimentos sobre a distribuição de bônus que está sendo implementada pela Fundação. A Federação considera um retrocesso a retomada desta política que foi, vitoriosamente, interrompida pelos trabalhadores no Sistema Petrobrás. A categoria sempre denunciou e combateu a distribuição de bônus por ser um instrumento de Recursos Humanos que estimula o divisionismo, o individualismo e a competitividade, princípios da ideologia neoliberal. É lamentável que os dirigentes da Petros queiram agora ressuscitar esta política de privilégios.

Faltam 60 dias para a Petrobrás resolver as pendências da Petros

Vitória da categoria: Mais 193 anistiados da Interbrás estão de volta!

Os 193 trabalhadores da extinta Interbrás que tiveram sua anistia reconhecida em função do decreto presidencial 5.115/04 estão de volta à Petrobrás. A admissão ocorreu no dia primeiro, selando uma luta de mais de dez anos por justiça. O decreto revê os atos administrativos do governo FHC que descaracterizaram a Lei de Anistia 8.879/94, prejudicando os servidores públicos e funcionários de estatais anistiados após terem sido arbitrariamente demitidos no governo Collor.

Cerca de 300 anistiados da Petromisa deverão também ser admiti-

dos pela Petrobrás, em função do decreto 5.115. A companhia aguarda o aval da Comissão Especial Interministerial que está concluindo o reconhecimento da anistia destes trabalhadores.

Nos últimos dois anos, 463 anistiados da Interbrás e 208 da Petromisa retornaram à Petrobrás. Além disso, conquistamos a anistia de 88 companheiros demitidos nas greves de 94 e 95, além da anistia das punições (269 suspensões revertidas e 443 advertências anuladas). Uma vitória histórica da categoria, que continua lutando pela anistia dos dias parados.

Petros: O que queremos

- *Equacionamento de todos os déficits do Plano Petros;
- *Previdência complementar para os trabalhadores sem plano, com pagamento do serviço passado para os admitidos após o fechamento do Plano Petros;
- *Mesmo modelo de previdência complementar para todo o Sistema Petrobrás;
- *Paridade efetiva na gestão do fundo (conselhos, diretoria e comitês);
- *Fim do limite de idade do Grupo 78/79;
- *Mudança no cálculo das pensões;
- * Ingresso dos excluídos do Plano Petros (pré-70, inscrição tardia e retardatários das cláusulas 33 e 45 dos ACTs 1984 e 1985).

Dois anos de governo Lula fazem miséria e desigualdade caírem aos níveis mais baixos dos últimos 12 anos

Pesquisas divulgadas recentemente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo IBGE apontam considerável queda nos níveis de indigência e de concentração de renda no país, tomando como base apenas os dois primeiros anos do governo Lula. O estudo da FGV revela que o índice de miséria no Brasil caiu 8% entre 2003 e 2004, atingindo o menor nível desde 1992, quando a pesquisa começou a ser realizada.

O Índice de Indigência mede a proporção de pobres e famintos no país, tendo como base o preço mensal de uma cesta básica suficiente para suprir a dieta diária de 2.288 calorias, como recomenda a Organização Mundial de Saúde. O estudo da FGV revela que 3,180 milhões de brasileiros superaram a indigência em 2004. No entanto, o país ainda tem 25,08% de sua população abaixo da linha de miséria. Ou seja, brasileiros que não ganham o suficiente para se alimentarem.

Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo IBGE, revela que a renda das famílias

parou de cair em 2004, o que não acontecia desde 1997. O estudo comprova que a concentração de renda e a desigualdade social também diminuíram nos dois primeiros anos do governo Lula. Os trabalhadores formais que recebem menos no país tiveram ganho real de 3,2%, enquanto que aqueles que detêm as maiores rendas apresentaram perdas de 0,6%. O estudo da FGV também apontou dados semelhantes: em 2004, o ganho médio do brasileiro subiu 2,85% e a desigualdade de renda caiu 2,05%.

Não há dúvidas de que estamos alterando a correlação de forças em nosso país, revertendo índices seculares de concentração de renda e de desigualdade social. Mas podemos fazer muito mais ainda se tivermos uma política econômica que tenha por meta as mudanças sociais que o Brasil tanto necessita, voltada para o desenvolvimento da infraestrutura, a geração de emprego, a valorização do trabalho, a reforma agrária, o fim da exclusão e a distribuição de renda.

Marcha com 15 mil trabalhadores mobiliza ministros e parlamentares em torno da recuperação do salário mínimo

Vindos de várias regiões do país, cerca de 15 mil trabalhadores participaram no último dia 29, em Brasília, da Segunda Marcha Nacional do Salário Mínimo, que teve também como eixos a redução da jornada de trabalho, a valorização dos servidores públicos e o reajuste da tabela do imposto de renda. Organizada pela CUT e demais centrais sindicais, a manifestação contou com a participação de dirigentes da FUP e de petroleiros de diversos estados, que, apesar da chuva forte que caiu sobre Brasília, percorreram os 14 quilômetros que ligam Candangolândia à Esplanada dos Ministérios.

Por causa do temporal, o ato político, reivindicando mudanças na política econômica, foi realizado no dia seguinte (30/11), com adesão expressiva dos manifestantes que participaram da marcha. Ainda no dia 29, os representantes das centrais sindicais

tiveram uma audiência com os ministros do Trabalho, da Casa Civil e do Planejamento, além do secretário-executivo do Ministério da Fazenda. Os sindicalistas cobraram reajuste gradual do salário mínimo, a partir de R\$ 400,00 no ano que vem, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajuste de 13% para a tabela do IR, entre outras reivindicações.

Comissão - No dia 30, os líderes sindicais reuniram-se com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que comprometeram-se a instalar uma Comissão Mista no Congresso para construção de uma política de recuperação gradual do salário mínimo. A Comissão será instalada no dia 06 e é uma resposta à mobilização convocada pelas centrais sindicais, que consideram esse primeiro passo um avanço importante na luta pela valorização do salário mínimo.

FIQUE DE OLHO

Manguinhos faz especulações sobre retomada do refino

Com a queda dos preços internacionais do petróleo, alguns dirigentes da Refinaria de Manguinhos começaram a ventilar na imprensa a intenção em retomar as atividades de refino, interrompidas desde agosto. Fala-se, inclusive em recontração de parte dos 315 trabalhadores diretos e indiretos que foram demitidos pela refinaria. Nada neste sentido foi divulgado ou conversado com a Comissão de Base e o Sindipetro-RJ, que já convocaram reunião de esclarecimento com os representantes dos acionistas. Os atuais 185 petroleiros que continuam na refinaria estão sem acordo de trabalho coletivo.

P-51: Nuclep rompe contrato com terceirizada e garante direitos dos metalúrgicos em greve

Chegou ao fim, de modo radical, a greve de oito dias dos 700 metalúrgicos da Pem Engenharia que trabalhavam na construção da P-51, em Itaguaí (RJ). Como não havia acordo entre os metalúrgicos e a empreiteira, a Nuclep (subsidiária da Nuclebras responsável pela obra) decidiu romper o contrato com a Pem e vai contratar uma nova empresa para continuar o serviço. O acordo foi firmado no dia 29/11, no Ministério Público do Trabalho, através de um 'termo de ajuste de conduta', onde a Nuclep compromete-se a quitar todas as dívidas que a empreiteira tinha com os trabalhadores, incluindo salário atrasado, 13º, FGTS, INSS e as rescisões dos 179 demitidos nas últimas semanas. A Nuclep assumiu também o compromisso de remanejar os trabalhadores para a empresa substituta. O Sindicato dos Metalúrgicos entendeu que a medida foi a única forma de garantir os direitos dos trabalhadores. "Sabemos da importância dessa obra para a Petrobrás e o país. Esperamos que a nova empresa contratada respeite a legislação trabalhista, para que novas greves não se repitam", informou a diretoria.